



Documento Assinado Digitalmente por: ARNOBIO SOARES DA SILVA, EDER MARCONE VIEIRA, JORDALINO CAVALCANTE NETO
Acesse em: <https://etc.tce.pe.gov.br/epv/validador.aspx?DocId=83929021-1a230-421a-b053-e401c4cde8d>

BEM

VINDO

T
E
R
E
Z
I
N
H
A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA - PE
Governo Municipal

PREFEITURA - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
GESTÃO 2025**



Município de Terezinha - Pernambuco
Exercício Financeiro: **2025**

Prefeitura Municipal de Terezinha
Cuidando do nosso povo



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025



Pág.: 1

GRUPO: PC_GESTÃO 2025 MUNICIPIO TEREZINHA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		1.484.865,06	1.509.939,00	PESSOAL E ENCARGOS		25.715.206,20	24.887.240,71
IMPOSTOS		1.387.593,47	1.446.629,50	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		19.463.298,48	20.886.228,56
TAXAS		97.271,59	63.309,50	ENCARGOS PATRONAIS		6.205.560,41	4.000.300,15
CONTRIBUIÇÕES		116.593,16	103.227,27	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS -		46.347,31	712,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		116.593,16	103.227,27	PESSOAL E ENCARGOS			
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		3.002,41	55.516,85	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		1.041.974,42	978.279,34
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE		3.002,41	55.516,85	APOSENTADORIAS E REFORMAS		1.020.854,02	958.430,94
SERVIÇOS				PENSÕES		21.120,40	19.848,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		390.395,63	388.882,35	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		23.150.238,39	22.672.919,59
JUROS E ENCARGOS DE MORA		3.583,89	2.358,50	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		9.657.566,92	10.507.089,40
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES		386.811,74	386.523,85	SERVIÇOS		13.076.559,70	11.982.521,07
FINANCEIRAS				DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		416.111,77	183.309,12
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		69.363.805,63	63.495.131,13	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		169.849,14	67.072,23
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		9.566.837,02	6.269.064,56	JUROS E ENCARGOS DE MORA		169.849,14	67.072,23
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		59.796.968,61	57.226.066,57	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		17.704.503,55	13.657.657,92
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE		1.984.833,56	393.752,95	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		11.750.371,37	7.984.986,04
PASSIVOS				TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		5.954.132,18	5.672.671,88
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		1.984.833,56	393.752,95	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE		74.944,81	61.789,60
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		24.616,71	43.619,40	PASSIVOS			
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		24.616,71	43.619,40	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E		74.944,81	61.789,60
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		73.368.112,16	65.990.068,95	AJUSTE PARA PERDAS			
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)		78.718.641,48	0,00	TRIBUTÁRIAS		421.157,50	316.042,62
				CONTRIBUIÇÕES		421.157,50	316.042,62
TOTAL		152.086.753,64	65.990.068,95	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E		0,00	0,00
				DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
				OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		83.808.879,63	28.082,28
				PREMIAÇÕES		3.780,00	23.941,00
				INCENTIVOS		2.301,20	4.141,28
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		83.802.798,43	0,00
				TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		152.086.753,64	62.669.084,29
				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)		0,00	3.320.984,66
				TOTAL		152.086.753,64	65.990.068,95

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.000.074-40

LOURIVAL CORDEIRO DE CARVALHO
 DIRETOR FINANCEIRO
 372.000.094-91

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
 TESOUREIRO
 765.000.074-87

Documento Assinado Digitalmente por: ARNOBIO GOMES DA SILVA, EDER MARCONE VIEIRA, JORDALINO CAVALLCANTE NETO
 Acesse em: https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validarDoc/seam Código do documento: 83929021-a230-421a-b053-f401-e4cde8d

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEZEMBRO(31/12/2025)

GRUPO: PC_GESTÃO 2025 MUNICIPIO TEREZINHA

Orçamento Programa - Exercício de 2025



Pág.: 2

Documento Assinado Digitalmente por: ARNOBIO GOMES DA SILVA, EDER MARCONE VIEIRA, JORDALINO CAVALLCANTE NETTO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 83929021-a230-421a-b053-e401e4dece8d

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		1.592.671,22	4.666.966,14
INVESTIMENTOS		1.592.671,22	4.666.966,14
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		1.057.954,79	949.943,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		1.057.954,79	949.943,63

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.000.074-40

LOURIVAL CORDEIRO DE CARVALHO
DIRETOR FINANCEIRO
372.000.094-91

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
TESOUREIRO
765.000.074-87



a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Prefeitura Municipal de Terezinha

CNPJ: 11.286.366/0001-95

a.2. Domicílio da entidade

Avenida Getúlio Vargas S/N

Centro

Terezinha PE

CEP: 55305-000

a.3. Dados do gestor

ARNOBIO GOMES DA SILVA

PREFEITO

CPF: 303.000.004-72

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

EDER MARCONE VIEIRA

CONTADOR

CPF: 042.000.074-40

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

A Prefeitura Municipal de Terezinha concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2025 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal (LOA 2025). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Terezinha:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA -PE

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando as variações patrimoniais aumentativas (VPAS): Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores





do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2025 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2024, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2024, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível





Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados Nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas





c.1. Modelo de elaboração da DVP

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo das variações patrimoniais foi analítico.

c.2. Notas com Referenciadas Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

NOTA 1 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)

As Variações Patrimoniais Aumentativas correspondem aos eventos que incrementam a situação líquida patrimonial do ente. No exercício de 2025, a principal variação aumentativa decorrente da execução orçamentária foi a Incorporação de Ativo, no montante de R\$ 1.592.671,22.

Este valor representa os investimentos realizados no período, que resultaram na incorporação de bens ao ativo municipal, tais como:

- Aquisição de bens móveis e imóveis;
- Obras e instalações concluídas e incorporadas ao patrimônio;
- Aquisição de sistemas e softwares de natureza permanente;
- Adiantamentos para formação de ativo imobilizado.

Comparativamente ao exercício anterior (R\$ 4.666.966,14), houve uma redução de 65,86% nos investimentos realizados, indicando uma menor execução de despesas de capital com efeito patrimonial aumentativo.

NOTA 2 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)

As Variações Patrimoniais Diminutivas representam os eventos que reduzem a situação líquida patrimonial. No exercício de 2025, a variação diminutiva registrada foi a Desincorporação de Passivo, no valor de R\$ 1.057.954,79, decorrente da amortização da dívida.

Este montante refere-se à:

- Amortização de parcelas de financiamentos e empréstimos contratados;
- Redução de obrigações de curto e longo prazo por meio de pagamento ou consolidação.

Em relação ao exercício anterior (R\$ 949.943,63), houve um aumento de 11,37% no volume de amortização da dívida, refletindo maior esforço financeiro para redução do passivo municipal.

NOTA 3 – RESULTADO ECONÔMICO (PATRIMONIAL) DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial do Exercício é apurado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas.

Resultado Patrimonial = VPA – VPD

Descrição	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas (Incorporação de Ativo)	1.592.671,22
Variações Patrimoniais Diminutivas (Desincorporação de Passivo)	(1.057.954,79)
Resultado Patrimonial do Exercício	534.716,43





O resultado patrimonial do exercício foi positivo em R\$ 534.716,43, indicando que houve aumento da situação líquida patrimonial do Município no exercício de 2025, ou seja, as incorporações de ativos superaram as desincorporações de passivos.

NOTA 4 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

As variações patrimoniais qualitativas são aquelas que não alteram o valor do patrimônio líquido, mas promovem modificações na composição qualitativa dos elementos patrimoniais.

No exercício de 2025, foram registradas as seguintes movimentações qualitativas:

Especificação	Valor (R\$)	Efeito
Incorporação de Ativo	1.592.671,22	Aumento do Ativo Imobilizado, com contrapartida em Disponibilidades (redução do ativo financeiro) ou em Obrigações (se financiado).
Desincorporação de Passivo	1.057.954,79	Redução do Passivo Exigível, com contrapartida em Disponibilidades (pagamento) ou em Outros Passivos.

Essas movimentações representam:

- Incorporação de Ativo: conversão de recursos financeiros em bens e direitos permanentes, não afetando o resultado patrimonial, mas alterando a estrutura do ativo.
- Desincorporação de Passivo: extinção de obrigações, reduzindo o passivo exigível, também sem impacto direto no resultado patrimonial, mas com efeito positivo na liquidez.

NOTA 5: ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (ITEM C.3)

A análise das variações patrimoniais evidencia os seguintes aspectos relevantes para a gestão municipal:

1. Redução dos Investimentos: A queda expressiva na incorporação de ativos (de R\$ 4,67 milhões em 2024 para R\$ 1,59 milhões em 2025) sugere uma diminuição na capacidade de investimento ou mudança na priorização de despesas de capital, o que pode impactar a renovação e ampliação da infraestrutura municipal.
2. Aumento no Amortização da Dívida: O crescimento de 11,37% na desincorporação de passivos indica maior comprometimento de recursos para o pagamento de obrigações de médio e longo prazo, contribuindo para a melhoria dos indicadores de endividamento.
3. Resultado Patrimonial Positivo: Apesar da redução nos investimentos, o saldo positivo de R\$ 534.716,43 demonstra que, no aspecto patrimonial, o Município encerrou o exercício com aumento do patrimônio líquido, considerado um indicador favorável de solvência estrutural.
4. Equilíbrio entre Variações Qualitativas: As incorporações de ativo e desincorporações de passivo refletem uma gestão que busca equilibrar a formação de patrimônio com a redução de obrigações, ainda que em patamares distintos.

$$\frac{\text{Variações Patrimoniais Aumentativas}}{\text{Variações Patrimoniais Diminutivas}} = \frac{73.368.112,16}{152.086.753,64} = 0,48$$





d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

e) Itens Mais Relevantes que Compõem a VPA e a VPD

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)			
Relevância	Natureza da Conta	2024 (R\$)	2025 (R\$)
1º	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	57.226.066,57	59.796.968,61
2º	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.566.837,02	6.269.064,56
3º	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.785.675,84	4.066.446,71

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)			
Relevância	Natureza da Conta	2024 (R\$)	2025 (R\$)
1º	SERVIÇOS	13.076.559,70	11.982.521,07
2º	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.750.371,37	7.984.986,04
3º	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	0,00	0,00

f) VPA e VPD de Repasse a Maior ou Menor do FPM (Portaria STN nº 327/2001)

Não houve registro de VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 para repasse a maior ou menor do FPM.

ARNOBIO GOMES DA SILVA
PREFEITO
CPF: 303.000.004-72

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
CPF: 042.000.074-40

